

15. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **LAR DOM PEDRO V**, no valor de **3.574,64 €**, nos termos e com os fundamentos constantes das informações n.º 5716, da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam.

Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.



BRAGA
Município

A no de E. J. V.

20203

[Signature]

DMG – DF-CONTR:FINAN:ARRECADÇÃO:REC

Informação 5716

Data 26/01/2021

Despacho	Despacho
----------	----------

Assunto : Pedidos de Isenção de Taxas – E/9419/2019 de 15/02/2019

A Divisão de Controlo financeiro e Arrecadação de Receita apresenta, pedidos de isenção de taxas, preços e outras Receitas Municipais, em nome de **Lar D. Pedro V**, nos termos do previsto nos **Artigos H-1/16º e H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB)**, no valor de **3.574,64 € (três mil quinhentos e setenta e quatro mil, sessenta e quatro cêntimos)**. Sendo que, de acordo com o disposto no nº 1 do Artigo H-1/18º do CRMB “A concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal”, caberá ao Executivo Municipal tomar a decisão sobre os pedidos de isenções efetuados. Os processos individuais destes pedidos encontram-se arquivados nesta Divisão, para despacho do Sr. Presidente, e posterior envio ao Órgão Competente para apreciação e respetiva deliberação

À Consideração Superior,

Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita,

Nº Informação: 5716
Data: 26/01/2021

Aprovado em Reunião do Executivo Municipal em
Comunicado à DMUOP em

Assunto: Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras (Artigo H-1/16.º)

1 - Dados do pedido:

Requerente:	Lar D. Pedro V
NIF:	500746907
N. Processo:	187/2019
Tipo de operação:	Licença de Obra de Requalificação e Alteração do Edifício
Localização:	Avenida Central, nº 144, União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto - Braga

2 - Apuramento dos cálculos das taxas efetuados pela DMUOP (em anexo):

Nota de Liquidação				
Descrição	Prazo	Área	Taxa	Total
Emissão de Alvará de Licença				99,65
Prazo da licença	24 meses	x	15,10 €	362,40
Áreas Brutas a Requalificar e Alterar		2706,6	1,15 €	3 112,59
Área de Ocupação da via Pública				

Total 3 574,64

3 - Informação da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação da Receita

a) - A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/64033, datada de 02/12/2020;

b) - O requerido tem enquadramento na alínea c) do n.º 1 do artigo H-1/16.º:

"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social"

c) - O valor das taxas a isentar é de 3.574,64 €;

d) - A notificação do ato de liquidação foi efetuada no dia 05/06/2020, tendo o pedido de isenção sido requerido em 15/02/2019;

e) - Conforme informação técnica DMUOP, não há lugar ao pagamento da Taxa Municipal de Urbanização, dado não haver aumentos das áreas de construção (requalificação do existente), bem como à alteração do uso dado, o fator correspondente ao uso e ou tipo de utilização para "Lar e Estrutura Residencial" sem iguais ou seja "1,00"; conforme

previsto no (nº 1, do artigo 3º, do Regulamento de Cobrança de Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço das Infraestruturas Urbanísticas);

f) – Na presente data, verifica-se a inexistência de dívidas do requerente ao Município de Braga.

O processo encontra-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos definidos para efeitos de isenções de taxas, pelo que poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal, sendo a isenção de taxas no valor de 3.574,64 €, nos termos do n.º 1 do Artigo H-1/18.º do CRMB, para a competente decisão.

Documentos em Anexo:

- Fundamentação técnica emitida pela DMUOP;
- Nota de liquidação das taxas;
- Registo de inexistências de dívidas ao Município.

À Consideração superior,